

O reconhecimento da voz no ensino de português como língua de acolhimento

Zilanesia Silva Lima Santos Rocha¹ 

Maria D'Ajuda Alomba Ribeiro^{2*} 

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) - Brasil

² Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) - Brasil

*Autor de correspondência: profdajuda@gmail.com

RESUMO

O presente artigo versa sobre o reconhecimento da voz como elemento constituinte do ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc). A ideia central é elucidar as relações da educação linguística com a construção/validação da voz do aprendente. Reconhecer e dar “voz” é um dos pilares do processo pedagógico do PLAc, tendo como objetivo o acolhimento e a integração social do migrante em situação de crise no Brasil. Para isso, amparamos nossa argumentação no conceito de voz traçado por Couldry (2010) a partir das discussões de Lima (2012, 2013) e suas características presentes no ensino de PLAc, dos elementos que o compõe conforme discutido por Alomba Ribeiro e Santos (2023), Diniz e Neves (2018), Fiorelli (2022), Reinoldes e Amado(2021).

PALAVRAS CHAVE:

Educação linguística

PLAc

Voz como valor

Voz como processo

SUBMETIDO: 9 de agosto de 2024 | **ACEITO:** 10 de setembro de 2024 | **PUBLICADO:** 21 de dezembro de 2024
© fólio - Revista de Letras 2024. Licença/Licence: [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Uma questão de vozes

Falar, dizer... Ouvir e ser escutado; mais do que isso, ser compreendido. Uma necessidade inerente ao ser humano: a comunicação. Em um momento em que as transformações e informações transitam cada vez mais rápido é necessário refletirmos sobre a real valorização da voz, os espaços ofertados a ela e quem os oferta. Será que, em um tempo em que a internet conecta milhares de pessoas e oportuniza o escutar de diferentes “vozes”, estamos realmente atentos ao que elas dizem? Ou apenas ouvimos sem a pretensão de lhes conferir valor? Mas, afinal, o que é voz?

Segundo Couldry (2010), voz é a capacidade de indivíduos e grupos expressarem suas opiniões, perspectivas e identidades nos espaços públicos, sejam eles virtuais ou físicos. Essa capacidade não se limita à comunicação

verbal, mas também inclui o poder de ser escutado e de influenciar as estruturas sociais. É importante salientar que compreendemos essa influência da voz. Conforme a definição de Couldry (2010), “voz como valor” refere-se ao reconhecimento da efetividade dessa voz, sua capacidade de impacto e projeção nos meios sociais. Essa definição está atrelada aos elementos que constituem a “voz como processo” – as condições materiais e imateriais que possibilitam sua efetividade em ser escutada, em narrar sobre algo ou alguém, reconhecendo ou creditando importância. Assim, percebendo que as interações sociais são moldadas por relações de poder, é evidente como certos grupos têm mais oportunidades de serem escutados e representados, revelando desigualdades na distribuição da voz. Como resultado, as lutas pela voz e representação tornam-se necessárias para questões de justiça social, democracia e participação cidadã.

Partindo da perspectiva de Couldry (2010), a voz está profundamente relacionada à dignidade e à inclusão, manifestando-se por meio das múltiplas experiências, culturas e perspectivas que engendram o tecido social. Em ambientes educacionais, é relevante que as vozes das minorias não apenas tenham espaço, mas também sejam efetivamente respeitadas e integradas. Assim, assegurar a diversidade de vozes é essencial para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva. Nesse contexto, o Português como Língua de Acolhimento (PLAc) desempenha um papel fundamental ao criar ambientes onde tanto alunos quanto professores se sintam verdadeiramente reconhecidos em sua diversidade.

O Português como Língua de Acolhimento, como ensino de língua portuguesa não materna, adota uma abordagem crítica, com finalidade específica: integração e acolhimento (LOPEZ, 2018). Em sua dinâmica pedagógica, tem como elemento necessário a disponibilização de espaços de fala, onde as minorias participantes se sintam seguras, acolhidas, respeitadas e reconhecidas:

Nas aulas, procurávamos realizar a prática das quatro habilidades linguísticas: ouvir, escrever, falar e ler, sempre valorizando a cultura do imigrante, procurando permitir que ele associasse sua cultura com a cultura brasileira, e partindo de conhecimentos previamente adquiridos por eles [...] por meio da qual os alunos puderam, utilizando a língua portuguesa, falar sobre seus países, apresentar danças e comidas típicas, entre outras ações. [...] o papel do PLAc não se limita a ensinar a língua como um emaranhado de letras, palavras e regras estruturais. Seu papel principal é fornecer ao imigrante meios de se integrar à sociedade e ser capaz de exercer sua cidadania por meio da língua

portuguesa, para que ele possa usufruir dos seus direitos e deveres como todo cidadão em uma comunidade. (CHILANTE; SILVA, 2019, p. 249)

O PLAc busca, entre outras coisas, o fortalecimento da identidade dos alunos, possibilitando-lhes uma participação autoafirmativa na comunidade brasileira. Deste modo, é desenvolvido, na interação entre instrutores e aprendizes, um processo que chamaremos doravante de “reconhecimento de voz”, onde essas narrativas de vida possuem importância e frequentemente são consideradas na aprendizagem do português. Essas narrativas, por sua vez, não apenas enriquecem as aulas com uma variedade de perspectivas culturais, mas também promovem a abertura para um ambiente holístico e empoderador, onde cada voz é importante e tem algo a dizer. De modo que a questão das vozes – seu lugar e valor (COULDRY, 2010) – é essencial para o entendimento e a prática do PLAc.

A voz do “ser”

Antes de adentrarmos no processo de construção de voz, é necessário entender quem é o seu portador. Em geral, o perfil dos alunos que participam dos cursos de PLAc são migrantes de crise (FIORELLI, 2022), pessoas que deixaram seu país devido às adversidades que se interpunham e resultaram em condições precárias de vida, em muitos casos, graves violações dos direitos humanos, concedendo a esses a condição de refugiados e/ou migrantes de crise¹. Ao chegarem aqui no Brasil, infelizmente, é frequente que esses grupos minoritários sejam estigmatizados por um discurso velado:

Trata-se de um discurso essencialista e totalizador que, a partir de uma posição etnocêntrica, significa certos sujeitos por aquilo que supostamente “não são”, “não fazem”, “não sabem” e “não conhecem”, apagando, conseqüentemente, suas vivências, suas agências, seus saberes e seus conhecimentos – que, cabe ressaltar, não integram os repertórios daqueles que os enxergam como um conjunto de lacunas a serem preenchidas. Como efeito desse discurso, naturaliza-se a ideia de que tais sujeitos não estão “prontos” para ocuparem os lugares que estão ocupando ou desejam ocupar. (BIZON; NEVES, 2018, p. 100, 101)

Tendo em vista que o pano de fundo que enquadra esse cenário é composto também pelas relações de poder presentes na sociedade,

¹ Dizemos ‘refugiados’ quando nos referimos a pessoas que fugiram da guerra ou perseguição e cruzaram uma fronteira internacional. E dizemos ‘migrantes’ quando nos referimos a pessoas que se deslocaram por razões que não se encaixam na definição legal de refugiado (EDWARDS, 2015).

disseminadas através dos dispositivos² (FOUCAULT, 1975), traçamos um ponto de diálogo com a visão de Couldry (2010) sobre o neoliberalismo como ideologia dominante que cerceia as vozes consideradas menos importantes, aquelas que não agregam valor monetário ao mercado:

Nick Couldry procura ver a crise do neoliberalismo como ela é: uma crise de voz. A economia neoliberal está quebrada, segundo ele, porque dá a funcionamento dos mercados uma prioridade absoluta sobre o valor da voz, desvalorizando a capacidade dos seres humanos para darem conta de si para além de agentes com fins lucrativos. Com mídias orientadas para o mercado, há pouco espaço para alternativas à visão de mundo neoliberal e, através de suas rotinas de produção, que aceleram o ciclo temporal dos acontecimentos, acaba-se por minar os processos de deliberação dentro dos governos e, por isso mesmo, de uma democracia mais justa. (LIMA, 2012, p. 336)

Compreendemos a urgência dos espaços de fala para aqueles que são, aos olhos de uma parcela da sociedade, despidos de sua identidade original e de suas capacidades humanas ao se encontrarem na condição de migrantes de crise, onde o termo “refugiado” se transforma em uma identidade dominante, alcançando o lugar do “ser” e marginalizando o sujeito, obscurecendo suas outras características humanas (REINOLDES; AMADO, 2021).

Neste contexto, o ensino de PLAc surge como resposta, buscando valorizar a trajetória e a cultura do aprendiz, desenvolvendo estratégias linguísticas para mitigar a vulnerabilidade, visando não apenas ao aprendizado da língua, mas também à emancipação do sujeito. Essa abordagem inserida num viés de uma pedagogia crítica e reflexiva (FREIRE, 2011), propicia a abertura para o diálogo e a criação de espaços de interação com outros atores, de diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir, em alguma medida, para a transformação social (REINOLDES; AMADO, 2021, p. 30).

Essa urgência na oferta dos espaços de fala para as pessoas que estão em condições de migração de crise adentra o âmbito da participação social e política, se conectando, a “voz como valor” (COULDRY, 2010, p. 2, tradução nossa), pois representa o direito de ser ouvido e ter influência nas estruturas sociais “e especialmente, à possibilidade de se poder decidir sobre como operar essa valorização nos quadros contemporâneos” (LIMA, 2012, p. 336).

² Foucault descreve em suas análises o que chamamos de os “dispositivos de poder” são estruturas sociais, institucionais e discursivas que exercem influência sobre os indivíduos, moldando suas identidades, comportamentos e relações sociais. Esses dispositivos podem incluir instituições físicas como prisões, hospitais, escolas e também imateriais como ideologias, discursos e práticas que operam em níveis microscópicos do poder por meio de vigilância constante, hierarquias de observação e normatização dos corpos e mentes (FOUCAULT, 1975).

Nesse sentido, podemos considerar a voz como um aspecto central da autonomia e dignidade humana, pois permite que os indivíduos e grupos sejam reconhecidos e respeitados em suas identidades e experiências demandando:

Conhecer melhor esse sujeito, que sai de seu país de origem e faz imersão em outra cultura, outros costumes, outra língua, de modo a saber como ele se percebe, que identidade assume diante desse quadro e como seria esse processo de construção. (ALOMBA RIBEIRO; SANTOS, 2023, p. 146).

Ao pensarmos nos espaços ofertados pela sociedade a essas vozes dos migrantes, principalmente nas mídias de grande veiculação é perceptível a desigualdade, onde nos parece que o lugar de fala é sempre de subordinado a uma condição de violência, miséria e escassez³, despindo-os de sua humanidade, fossilizando uma ideia de pessoas que não possuem trajetórias ricas de saberes e vivências que podem contribuir na transformação cultural que é produzida dia-a-dia. Uma representação simbólica⁴, que tem implicações profundas nas oportunidades e nos recursos disponíveis para os diferentes grupos sociais, como exemplo os migrantes de crise que conseguem alcançar cargos mais altos em postos de trabalho⁵ de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR, 2023) e mesmo assim tem média salarial inferior aos brasileiros.

Por isso, o ensino de PLAc oferece um caminho alternativo a essa ideologia hegemônica vigente. Há a possibilidade de rompermos essa bolha a partir de uma reorientação de pensamento que tenha como base “a valorização de processos de voz e do reconhecimento da capacidade das pessoas para a cooperação social baseada na voz” (LIMA, 2012, p. 336). Isso exige uma articulação de movimentos que promovam conexões narrativas que auxiliem

3Crise de refugiados: a realidade de quem é forçado a deixar seu país Disponível em: [https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/crise-de-refugiados-a-realidade-de-quem-e-forcado-a-deixar-seu-pais?](https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/crise-de-refugiados-a-realidade-de-quem-e-forcado-a-deixar-seu-pais?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=eda_ge_audiencia_institucional&gad_source=1&gclid=Cj0KQCQjw6PGxBhCVARIsAlumnWabFqueo_CyethiyaunHxcmT0_vg_k66welGnVQ8mBFLWlg9mS3Z-oaAhPqEALw_wcB)

utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=eda_ge_audiencia_institucional&gad_source=1&gclid=Cj0KQCQjw6PGxBhCVARIsAlumnWabFqueo_CyethiyaunHxcmT0_vg_k66welGnVQ8mBFLWlg9mS3Z-oaAhPqEALw_wcB. Acesso em: 2 mai. 2024.

Pessoas sem pátria e terra: a crise mundial de migrantes e refugiados em 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/pessoas-sem-patria-e-terra-a-crise-mundial-de-migrantes-e-refugiados-em-2021/>. Acesso em: 2 mai. 2024.

4 Compreendemos representação simbólica da voz a partir da forma que diferentes grupos sociais são retratados e reconhecidos na esfera pública, tanto em termos de visibilidade quanto de legitimidade. Isso vai além da simples expressão individual e inclui como as vozes são representadas e interpretadas dentro das estruturas sociais.

5 Mais de 150 mil refugiados e migrantes estão empregados no mercado de trabalho formal no Brasil. ACNUR. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2023/11/27/mais-de-150-mil-refugiados-e-migrantes-estao-empregados-no-mercado-de-trabalho-formal-no-brasil/>. Acesso em: 9 mai. 2024.

na compreensão das transformações do mundo contemporâneo, onde, a partir de um letramento emancipatório, alcancemos o empoderamento dessas vozes. De acordo com Reinoldes e Amado (2021), algumas ações contribuem para alcançar esse objetivo:

- (1) de sua politização; (2) do estabelecimento de legislações favoráveis; (3) da educação do seu entorno para o respeito à diferença. A politização, nesse sentido, é apenas um dos pés do tripé para um projeto emancipatório verdadeiramente. (REINOLDES; AMADO, 2021, p. 33)

Concomitantemente, Couldry (2010) destaca que as vozes têm uma dimensão política intrínseca, operando tanto dentro quanto além da esfera política convencional. Portanto, ele estabelece princípios a serem observados quando pensarmos em processo e valorização da voz:

- a) A voz é socialmente enraizada;
- b) A voz é uma forma de agenciamento reflexivo;
- c) A voz é um processo adquirido;
- d) A voz requer uma forma material que pode ser individual, coletiva ou distribuída;
- e) A voz é subestimada pelas racionalidades que não a levam em consideração e por práticas que excluem vozes ou minam formas para sua expressão (LIMA, 2012, p. 337).

Veremos a seguir a presença desses princípios no contexto dos refugiados e no PLAc.

A valorização do estigma em detrimento da voz

A capacidade de se expressar e ser ouvido está profundamente ligada ao contexto social e cultural em que um indivíduo está inserido. A representação de grupos minoritários pela mídia desempenha um papel na formação social da imagem e voz desses grupos, influenciando a forma como são percebidos e tratados pela sociedade. Aqui, nos ateremos aos aspectos desse fenômeno no que tange aos refugiados. O estigma que circunda esses indivíduos muitas vezes obscurece a valorização de suas vozes e contribuições, relegando-os a posições sociais periféricas e limitando seu acesso a recursos e oportunidades.

As limitações enfrentadas pelos refugiados decorrem de uma combinação de fatores econômicos e sociais. Além das barreiras linguísticas, que dificultam a comunicação e o acesso a serviços essenciais, os problemas relacionados ao status legal e à documentação frequentemente impedem o acesso a empregos formais. A vulnerabilidade financeira, exacerbada pelo desemprego, compromete a capacidade de cobrir necessidades básicas como alimentação, educação e vestuário. A dificuldade em acessar serviços sociais e políticas

públicas é agravada pela falta de informações claras, frequentemente disponíveis apenas em idioma local. A segregação residencial força os refugiados a viver em áreas com infraestrutura precária, sem acesso adequado a saneamento, saúde e oportunidades educacionais. Políticas de acolhimento inadequadas exacerbam a escassez de redes de suporte. Esses fatores combinados criam um cenário que alimenta muitas distorções que permeiam o imaginário social.

O imaginário social frequentemente reduz os refugiados a figuras de vulnerabilidade e necessidade, ignorando suas histórias individuais e capacidades. As narrativas midiáticas tendem a enfatizar a crise e a dificuldade, promovendo uma percepção negativa que desconsidera a resiliência e a capacidade desses indivíduos. Ao focar nos aspectos dramáticos e problemáticos da experiência dos refugiados, a mídia perpetua um ciclo em que suas vozes são silenciadas ou distorcidas para se ajustar a uma narrativa que agrada e comove o público.

Conforme destacado pela Organização Internacional para as Migrações (2023), a cobertura midiática da condição de refugio por vezes segue alternando entre duas linhas. A primeira representa os refugiados como solicitantes de asilo que, ao serem integrados plenamente ao novo país, promovem a cultura, economia e a sociedade do país de acolhimento. A segunda vertente⁶, porém, os barbariza, retratando-os como uma carga para a sociedade ou uma ameaça à segurança e aos recursos disponíveis. Esta última abordagem, reforça o estigma, que promove por vezes confusão entre os termos “refugiado”, “fugitivo” ou “foragido” (MJSP, 2024), associando essa condição a situações de terrorismo, violência e à usurpação de recursos em sistemas educacionais, de saúde e trabalhista:

A cobertura da mídia apresenta os homens como uma maior fonte de risco econômico e de segurança nacional, além de exigir maior escrutínio para atender aos requisitos de asilo. A chegada de homens em idade de trabalhar em 2015 foi frequentemente apresentada como suspeita, sugerindo que interesses econômicos eram os principais motivadores da migração, em vez de preocupações com a segurança, ignorando - ou até mesmo vilanizando - jovens que tentaram a perigosa jornada para a Europa antes de suas famílias ou em resposta ao recrutamento forçado pelo Governo Sírio. Notavelmente, a resistência em relação aos jovens refugiados em busca de trabalho na Europa em 2015 foi invertida em 2022, com os refugiados ucranianos sendo recebidos como um impulso para economias em dificuldades, e barreiras

⁶ “Sai do meu país!”: agressão a refugiado expõe a xenofobia no Brasil. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/saia-do-meu-pais-agressao-a-refugiado-no-rio-expoe-a-xenofobia-no-brasil/>. Acesso em: 2 ago. 2024.

ao emprego - como necessidades de cuidados infantis e licenciamento profissional - abordadas em nível sistêmico[...] O presidente tcheco Miloš Zeman afirmou que a compaixão era “possível” para refugiados que são idosos ou doentes e para crianças, mas não para jovens homens que, em sua opinião, deveriam estar de volta em casa lutando contra jihadistas. (OIM, 2023, p. 11, tradução nossa.)

A reflexão sobre os contextos midiáticos criados para “dar voz” aos refugiados, revelam que a capacidade de expressar e ser ouvido é muitas vezes limitada por barreiras institucionais e sociais que moldam e restringem suas vozes, muitas vezes de forma invisível. Foucault (1975), em *Vigiar e Punir*, articula a respeito de como as práticas sociais a serviço das instituições regulam o comportamento e moldam a expressão dos indivíduos por meio de normas e expectativas que definem o aceitável. Analogamente, a voz dos refugiados é frequentemente filtrada e interpretada através de estereótipos e preconceitos que minimizam suas experiências e necessidades. Políticas públicas e práticas institucionais desempenham um papel efetivo na forma como a voz dos refugiados é moldada e recebida.

O apoio público ao tema do refúgio oscilou nos últimos anos. Em muitos casos, as comunidades que acolhem as pessoas refugiadas se sentiram sobrecarregadas ou esquecidas”, constatou o chefe do ACNUR, Filippo Grandi. “Mas as situações de refugiados são ‘crises’ somente quando permitimos que elas assim se tornem, pensando a curto prazo, deixando de planejar ou trabalhar em conjunto entre setores e negligenciando as comunidades de acolhida”. (ACNUR BRASIL, 2019.)

Isso se reflete em estruturas que limitam sua participação ativa na sociedade, manifestadas pela escassez de políticas voltadas para a superação de barreiras interculturais, ausência de representação nos processos decisórios e exclusão de plataformas de expressão (LOPEZ; DINIZ, 2018). Além disso, a capacidade das pessoas que se encontram na condição de refugiados de construir e expressar suas vozes está estreitamente ligada ao seu capital social e cultural. Aqueles com recursos limitados enfrentam desafios adicionais que os colocam à margem da sociedade. Essas práticas contribuem para a marginalização das vozes dos refugiados, reduzindo suas oportunidades de influenciar positivamente a sociedade de acolhimento.

O ACNUR, no *Fórum Global sobre Refugiados*, salienta que a infraestrutura e os recursos disponíveis para o ensino de línguas e integração de refugiados frequentemente são insuficientes para atender à crescente demanda. A falta de recursos limita a aquisição e utilização eficaz da língua e o agenciamento reflexivo dos refugiados. Com oportunidades de aprendizado e apoio reduzidas,

os refugiados têm menos chances de refletir publicamente sobre suas experiências e de articular suas necessidades e direitos de forma eficaz, comprometendo sua capacidade de se posicionar ativamente na construção e transformação de sua integração na sociedade.

Couldry (2010), ao analisar a voz como agenciamento reflexivo, enfatiza que a voz é uma ferramenta vital para os indivíduos refletirem sobre suas experiências e moldarem suas realidades sociais. No contexto dos refugiados, esse agenciamento reflexivo é essencial para que eles possam transitar entre culturas, a sua e a do novo país, e moldar sua nova realidade em um país de acolhimento. O PLAc tem um papel fundamental ao fornecer parte das condições necessárias para que os refugiados expressem suas necessidades e reivindicações de maneira eficaz, rompendo a barreira linguística.

Da construção ao reconhecimento

Inicialmente, é importante compreender que a voz dos aprendizes no PLAc é construída em um contexto marcado por desafios linguísticos, sociais e culturais. Muitos desses aprendizes enfrentam barreiras significativas ao se expressarem na língua majoritária do país de acolhida. Portanto, o ensino das habilidades linguísticas e comunicativas não se limita apenas à transmissão de conhecimentos gramaticais, mas também engloba uma abordagem contextualizada e sensível às necessidades dos alunos, que está diretamente ligada à sobrevivência. Por isso, de acordo com Fiorelli (2022, p. 48-49), o planejamento do curso e a elaboração das aulas devem ser orientados pelos interesses e experiências dos aprendizes, priorizando temas relevantes e significativos para sua realidade, juntamente com atividades de interação oral em contextos autênticos.

Deste modo, torna-se claro que o processo de reconhecimento das vozes dos migrantes no ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) passa pela leitura de suas necessidades e pela adequação aos seus conhecimentos prévios, promovendo uma constante associação entre o novo e o antigo. Sempre considerando que, para ter voz, são necessários não apenas os “recursos práticos” (a linguagem), mas também um estatuto (que parece puramente simbólico) necessário para alguém ser reconhecido pelos outros como “tendo uma voz” (LIMA, 2013, p. 287). De antemão, é possível afirmar que são vozes socialmente enraizadas em diferentes culturas, carregadas de

diversos saberes a serem compartilhados dentro e fora do espaço formal de educação, que ecoam no seu "país de acolhimento" os atributos de sua terra natal. Demonstrando assim, para além dos rótulos migrante e refugiado, "quem se é" com toda a força e exuberância que a diversidade abriga.

A imposição da língua hegemônica no processo de integração é um reflexo de um poder assimétrico, no qual a língua do país de acolhimento ganha centralidade, enquanto a língua de origem do migrante permanece invisibilizada. Esse cenário aponta para uma forma de acolhimento que, embora se pretenda inclusiva, pode ser limitada ao exigir a adaptação unidirecional do migrante ao idioma dominante. O verdadeiro reconhecimento da "voz" implica considerar a pluralidade linguística, característica presente no processo de educação linguística do PLAc. Ao reconhecer a necessidade de uma abordagem sensível e contextualizada no ensino de PLAc, as línguas maternas dos aprendizes são incorporadas ao processo, pois o objetivo é construir uma integração que respeite e valorize as vozes desses migrantes.

Para que o acolhimento seja genuíno, é preciso questionar o que realmente significa dar "voz" aos migrantes. O processo não deve ser unilateral, no qual apenas o migrante deve aprender e adotar a língua majoritária. A comunidade acolhedora também precisa estar disposta a reconhecer, valorizar e se sensibilizar para as línguas e culturas dos migrantes, criando um ambiente verdadeiramente inclusivo e dialógico. Trata-se de uma via de mão dupla, em que tanto os aprendizes de PLAc quanto os membros da comunidade de acolhimento se engajam em práticas que valorizam a diversidade linguística. Assim, a integração seria mais dialógica e menos centrada na adaptação do migrante ao idioma hegemônico.

É lícito pensarmos na voz do aluno e do professor como parte de um processo reflexivo de ensino, onde ambos contribuem para o aprendizado um do outro, compartilhando a responsabilidade pela narrativa que estão construindo. Falar de "algos e alguéns" a partir do ponto inicial que os liga - a língua portuguesa - transcende esse espaço de regras e aplicações gramaticais, abrindo-se à compreensão mútua (GROSSO, 2010, p. 74) e construindo um sentido de vida para além do âmbito educacional.

Nessa conjuntura, a voz é um processo adquirido ao longo da vida de forma singular, refletindo nossa história imbuída de reflexão e auto-interpretação e, ao mesmo tempo, plural, um entrelaçamento de vivências que

resulta em uma memória coletiva. Essa pluralidade abrange a articulação do mundo a partir de perspectivas distintas. Nas sociedades contemporâneas, imersas em múltiplas narrativas, compreender e valorizar a diversidade linguística é essencial, inclusive no ambiente escolar, onde os aprendizes de PLAc buscam pertencimento. A intercompreensão entre as línguas dos alunos e o português torna-se uma estratégia para promover competência plurilíngue e intercultural em sala de aula e reconhecer a voz dos sujeitos que compõem essa história. Essas vozes podem se manifestar de maneira individual, coletiva ou distribuída, refletindo a complexidade das interações sociais.

No entanto, é válido reconhecer que as vozes são sistematicamente subestimadas por uma série de razões. Em muitos casos, prevalecem racionalidades que não reconhecem a diversidade de experiências e perspectivas, relegando certos grupos a uma posição de marginalidade. Além disso, existem práticas arraigadas que perpetuam essa exclusão, seja por meio da imposição de normas culturais dominantes que silenciam vozes minoritárias, seja por estruturas institucionais que não oferecem espaço para a expressão dessas vozes.

Essa subestimação pode ocorrer de forma sutil, por meio de estereótipos e preconceitos internalizados, ou de maneira mais explícita, através de políticas discriminatórias e práticas de exclusão social. Em qualquer caso, é fundamental confrontar essas dinâmicas e criar espaços verdadeiramente inclusivos, onde todas as vozes sejam reconhecidas, respeitadas e valorizadas. Isso requer uma abordagem consciente e comprometida que busque desafiar as estruturas de poder e promover a igualdade de oportunidades para todos.

Considerações finais

Os pontos de conexão entre o PLAc abordados na primeira parte do texto e a concepção de voz como valor e processo, discutida por Couldry (2010), demonstram uma interseção na compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas. A relevância dos espaços de fala para aqueles que são marginalizados pela sociedade aponta para a voz não apenas como uma forma de expressão individual, mas como um instrumento de reconhecimento e inclusão social. Nesse sentido, a voz não é apenas uma questão de liberdade de expressão, mas também um direito fundamental do qual, em partes, depende a dignidade humana e garante a participação na esfera pública.

Assim, a busca em valorizar a trajetória e a cultura dos aprendizes na abordagem pedagógica do PLAc também está em sintonia com a perspectiva de Couldry (2010) sobre a voz como valor e processo. Ambos os enfoques reconhecem a importância de criar espaços inclusivos e democráticos onde todas as vozes sejam ouvidas e consideradas. Da mesma forma que o ensino de PLAc visa não apenas o aprendizado da língua, mas também à emancipação do sujeito, a concepção de voz de Couldry (2010) destaca a voz como um instrumento de participação política e transformação social, mas não a limita a esta condição, pois antes de instrumento a voz integra e revela a condição de ser humano.

Portanto, reconhecer a voz significa não apenas garantir a liberdade de expressão, mas também promover a equidade de participação na esfera pública. Isso requer a criação de espaços inclusivos e democráticos onde todas as vozes sejam valorizadas e levadas em consideração. Ao entender a voz como um direito fundamental e uma ferramenta para a justiça social, podemos trabalhar para construir uma sociedade solidária, onde cada indivíduo tenha a oportunidade de contribuir plenamente e ser reconhecido em sua humanidade.

Referências

- ACNUR. *Mais de 150 mil refugiados e migrantes estão empregados no mercado de trabalho formal no Brasil*. ACNUR. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2023/11/27/mais-de-150-mil-refugiados-emigrantes-estao-empregados-no-mercado-de-trabalho-formal-no-brasil/>. Acesso em: 9 maio 2024.
- _____. *Fórum Global sobre Refugiados se compromete com ação coletiva para fortalecer inclusão, educação e empregabilidade*. Brasil: ACNUR. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/12/20/forum-global-sobre-refugiados-se-compromete-com-acao-coletiva-para-fortalecer-inclusao-educacao-e-empregabilidade/>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- _____. *Fórum Global sobre Refugiados*. Brasil: ACNUR, 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/forum-global-sobre-refugiados/>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- _____. *Relatório Anual de 2022 sobre Refugiados e Deslocados*. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/09/CSVM-Relato-%CC%81rio-Anual-2022.pdf>. Acesso em: 9 maio 2024.
- ALOMBA RIBEIRO, Maria D’Ajuda; SANTOS, Rouse Karoline Coelho Duarte. Língua de acolhimento, cultura e ensino de português para imigrantes venezuelanos: uma experiência no norte do Brasil. In: *Fotografias da*

- Linguística Aplicada: ensino crítico de línguas para o século XXI*. Ed. 1, São Paulo, Pimenta Cultural, p.141- 170. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/_files/ugd/055e5e_0762e4acdd1247e2a6acc44e66e9b190.pdf. Acesso em: 29 abr. 2024.
- CARTA CAPITAL. (2017). “Sai do meu país!”: agressão a refugiado expõe a xenofobia no Brasil. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/sai-do-meu-pais-agressao-a-refugiado-no-rio-expoe-a-xenofobia-no-brasil/>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- CHILANTE, Isabella Saliba Pereira; SILVA, João Fábio Sanche. Ensino e Aprendizagem de Português como língua de Acolhimento (PLAc): Subsídios para práticas docentes direcionadas. *Muiraquitã*, UFAC, ISSN 2525-5924, v. 7, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufac.br/index.php /mui/article/view/2904/2040>. Acesso em: 15 mar. 2024.
- CNN BRASIL. *Pessoas sem pátria e terra: a crise mundial de migrantes e refugiados em 2021*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/pessoas-sem-patria-e-terra-a-crise-mundi-al-de-migrantes-e-refugiados-em-2021/>. Acesso em: 2 maio 2024.
- COULDRY, Nick. *Why voice matters. Culture and Politics after Neoliberalism*. London: Sage, 2010.
- EDWARDS, Adrian. *Refugiado ou Migrante? ACNUR incentiva a usar o termo correto*. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2023/12/20/refugiados-ou-migrantes-como-as-escolhas-de-palavras-afetam-direitos-e-vidas/#>. Acesso em: 29 abr. 2024.
- FIORELLI, Carolina Moya. *Convergências e especificidades na relação entre o ensino de português língua de acolhimento e línguas para fins específicos*. 2022. 200 f. Tese (Doutorado em Linguística e língua portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/, Araraquara, 2022.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Ed. 20. Petrópolis- RJ. Editora Vozes. 1999.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- LIMA, Marcus Antonio Assis. Do “direito à voz” à “voz como valor”: cultura e política no neoliberalismo. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 35, n. 1, 2012. DOI: 10.1590/rbcc.v35i1.1112. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/1112>. Acesso em: 8 maio 2024.
- _____. *Celebridades e Ativismo: A Voz e dos Famosos em Defesa do Casamento Igualitário*. *Contemporanea Comunicação e cultura*. Salvador, v.11, n.02, mai-ago, 2013, p. 284-303. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/8302/6498>. Acesso em: 8 maio 2024.
- LOPEZ, Ana Paula Araújo. A aprendizagem de português por imigrantes deslocados forçados no Brasil: uma obrigação? *Revista X*, v.13, n.1, p. 9-34, 2018. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v13i1.60301>. Acesso em: 27 abr. 2024.

- _____. O professor de português como língua de acolhimento: entre o ativismo e a precarização. *fólio - Revista de Letras*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2020. DOI: 10.22481/folio.v12i1.6680. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/6680> . Acesso em: 29 jul. 2024
- LOPEZ, Ana Paula de Araújo; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Iniciativas Jurídicas e Acadêmicas para o Acolhimento no Brasil de Deslocados Forçados. **Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira (SIPLE)**, edição 9, s/p, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/330635043IniciativasJuridicaseAcademicasBrasileirasparaoAcolhimentodelmigrantesDeslocadosForcados>. Acesso em: 11 jul. 2024.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. *O que é refúgio?* 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/o-que-e-refugio>. Acesso em: 8 maio 2024
- NEVES, Amélia Oliveira; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Políticas linguísticas de (in)visibilização de estudantes imigrantes e refugiados no ensino básico brasileiro. In: Dossiê Especial: Português como Língua Adicional em contextos de minorias: (co)construindo sentidos a partir das margens. BIZON & DINIZ (Orgs.). *REVISTA X, Curitiba*, volume 13, n. 1, p. 87-110, 2018. Disponível em: DOI:10.5380/rvx.v13i1.61225. Acesso em: 8 maio 2024
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). *The role of media narratives in shaping public opinion toward refugees: A comparative analysis*. 2023. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/MRS-72.pdf>. Acesso em: 2 maio 2024.
- REINOLDES, Marina. AMADO, Rosane de Sá. Por uma pedagogia decolonial e intercultural no ensino de português como língua de acolhimento: desafios e possibilidades. In: *Português como Língua de Acolhimento Práticas e Perspectivas*. Ed. 1. São Paulo, Parábola, 2021, p. 25-37. Disponível em: https://www.sri.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/84/2022/11/Portugues-como-lingua-de-acolhi-Romulo-Francisco-de-Souza-Jero_compressed.pdf. Acesso em: 5 maio 2024.
- SPAGNA, Julia Di. *Crise de refugiados: a realidade de quem é forçado a deixar seu país*. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/crise-de-refugiados-a-realidade-de-quem-e-forcado-a-deixar-seu-pais>. Acesso em: 2 maio 2024.
- UNESCO. *Refugiados: a contestação dos preconceitos*. 2021. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/refugiados-contestacao-dos-preconceitos>. Acesso em: 2 maio 2024.
- UOL NOTÍCIAS. (2022) *ONU: imigrante vive xenofobia no Brasil e desmonta mito de país acolhedor*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/06/28/onu-estrangeiro-vive-xenofobia-no-brasil-e-desmonta-mito-de-pais-acolhedor.htm> Acesso em: 2 ago. 2024.

ABSTRACT: The present article addresses the recognition of "voice" as a constitutive element of the teaching of Portuguese as a Language of Welcome (PLAc). The central idea is to elucidate the relationships between language education and the construction/validation of the learner's voice. Recognizing and giving "voice" is one of the pillars of the pedagogical process of PLAc, aiming at the welcoming and social integration of migrants in crisis situations in Brazil. For this purpose, we support our argumentation on the concept of voice outlined by Couldry (2010) based on the discussions of Lima (2012, 2013) and its characteristics present in the teaching of PLAc, based on the elements discussed by Reinoldes and Amado (2021), Diniz and Neves (2018), Fiorelli (2022), Alomba Ribeiro and Santos (2023).

KEYWORDS: Language education; PLAc; Voice as value; Voice as process.